REFORMA ADMINISTRATIVA:

UM NOVO GOLPE NOS DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DA POPULAÇÃO

Nos últimos anos, a classe trabalhadora tem vivenciado um cenário preocupante. Sob o pretexto da instabilidade econômica e da pandemia do novo coronavírus, a agenda neoliberal tem levado o trabalhador a se deparar sucessivamente com ameaças à integralidade de seus direitos e com o desmonte do Estado. Leis aprovadas nas esferas municipal, estadual e federal vêm enfraquecendo e quebrando a unidade dos trabalhadores e a luta por melhores condições de trabalho e dignidade.

A Reforma Administrativa **(PEC 32/2020)**, por exemplo, em tramitação no Congresso Nacional afeta os futuros servidores, e ao contrário do que se pensava, atinge diretamente o funcionalismo atual (ativos, aposentados e pensionistas) das três esferas: municipal, estadual e Federal. A proposta que pode ser votada a qualquer momento foi apresentada pelo Governo Federal sob o pretexto de "acabar com privilégios" e dar ao governo "maior flexibilidade". Por outro lado, especialistas alertam que a medida não é tão eficiente quanto se parece.

O fato é que a Reforma não acaba com os privilégios do alto escalão, mas penaliza trabalhadores e servidores públicos que ganham pouco e fragiliza ainda mais o serviço público. Se por um lado, a mudança vai pôr fim a estabilidade para futuros servidores, aumentar o tempo de estágio probatório e acabar com benefícios como licenças, por outro, a Reforma também facilita a demissão do servidor atual. Além disso, a proposta extingue secretarias, prevê a diminuição de salário, redução de carreiras e substituição dos concursados por indicação política e por terceirizados (organizações sociais).

O pretexto de acabar com os privilégios cai por terra quando se observa que a Reforma Administrativa não vai alcançar, por exemplo, parlamentares e militares, mantendo intacto suas regalias. Portanto, à esta altura, a saída é exercer uma grande pressão sobre deputados e senadores a fim de impedir a aprovação da PEC.

Veja como a **Reforma Administrativa** vai prejudicar os atuais servidores

FIM DA ESTABILIDADE: o servidor poderá ser demitido por decisão judicial colegiada e por insuficiência de desempenho, cuja regulamentação será feita por lei ordinária ou MP e não mais por lei complementar. A demissão pode vir a qualquer momento.

FIM DA PROGRESSÃO: proíbe a progressão e promoção com base apenas em tempo de serviço, ficando condicionada, em caráter obrigatório, à avaliação de desempenho.

DESTITUIÇÃO: permite a destituição de comissionados por motivação político-partidária, mesmo que o servidor seja concursado.

REDUÇÃO SALARIAL: mesmo não havendo redução salarial, a referência remuneratória passará a ser do novo servidor, cujo salário de ingresso será bem menor, criando constrangimento ao antigo servidor e legitimando o congelamento salarial em longo prazo.

LICENÇA: Aquele que se licenciar para exercer mandato sindical, político, estudar, acompanhar parente doente perderá o direito de receber retribuição de posto comissionado, gratificações de exercício, bônus, honorários, parcelas indenizatórias, etc.

FONTE: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

Como a **Lei 173** afetou a vida do servidor público

A Lei Complementar **173/2020**, proposta pelo Governo Federal e aprovada por deputados e senadores durante a pandemia do novo coronavírus, trouxe pontos que também afetaram diretamente a vida do servidor, inclusive os da saúde, num contexto em que eles mais precisavam.

O fato é que ao destinar auxílio financeiro a estados e municípios, o Governo Federal exigiu que entre outras medidas fosse congelado os salários dos servidores federais, estaduais e municipais até 31 de dezembro de 2021. Ficou proibido qualquer aumento ou adequação na remuneração, a contagem de tempo para concessão de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmios e criação de cargos, funções e alterações na estrutura das carreiras que impliquem em aumento de despesas.

Lamentavelmente, a Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, LC 173, EC 95 e tantas outras medidas não cumpriram o que prometeram e trouxeram prejuízos para a classe trabalhadora.

E agora, mais uma vez, o setor público e o seus trabalhadores foram eleitos para “pagar o pato” ao serem responsabilizados pela crise financeira do Estado por aqueles que, ironicamente, foram eleitos para zelar dos interesses da classe trabalhadora. Ao invés de adotar medidas auteras contra aqueles que ganham menos, o governo poderia por exemplo, taxar as grandes fortunas, realizar a auditoria da dívida pública, promover uma reforma tributária justa e solidária, entre outras.

A verdade é que enquanto grandes bancos privados receberam do governo, incentivos na ordem de R$ 1,2 trilhões de reais, o servidor assiste seus direitos serem surrupiados sob o pretexto de que todos devem se sacrificar.

CURIOSIDADE

1 Você sabia que o custo dos servidores brasileiros é menor que na Espanha e na Austrália.
Fonte: Câmara.leg.br

ATUAÇÃO RESPONSÁVEL E COMPROMISSADA COM O SERVIDOR

Por mais que os ventos têm sido contrários, o **Sindsaúde-GO** continua atuante e protagonista da luta em defesa do servidor. Sempre atenta, a entidade é parte integrante do Fórum Goiano em Defesa dos Direitos, da Democracia e Soberania e também compõe outros coletivos que defendem o servidor.

Entendendo que os sindicatos são a última trincheira na defesa do trabalhador, o Sindsaúde tem realizado uma série de ações para proteger os direitos da categoria. Carreatas, assembleias, manifestações, reuniões, lives, campanhas, denúncias, e muitas outras iniciativas, são algumas dessas ações.

Ciente de que o país atravessava um momento delicado por causa da pandemia, o Sindsaúde não mediu esforços para cobrar e garantir EPIs, afastamento daqueles que estão no grupo de risco e melhores condições de trabalho à categoria que ainda batalha na linha de frente da pandemia. Em alguns casos, a luta foi parar na Justiça e resultou em decisões favoráveis como ocorreu no Estado e em alguns municípios.

Ao mesmo tempo, o Sindicato manteve a luta em outra frente: a defesa dos direitos historicamente conquistados e que agora estão ameaçados pela Reforma Administrativa. O Sindsaúde acredita que serviço público de qualidade se faz com valorização do servidor, concurso público e investimentos. Por isso, o Sindicato segue firme no seu compromisso com o SUS e com os profissionais de saúde.

A LUTA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO: A SAÚDE É PÚBLICA, OS NÃO!

A terceirização dos hospitais públicos do Estado de Goiás trouxe prejuízos para a população e para o trabalhador. Profissionais sobrecarregados, apreensivos, baixos salários, demissões constantes, racionamento de medicamentos e insumos são alguns dos reflexos do modelo de terceirização. Diante do modelo mal sucedido na rede estadual e da possibilidade iminente do município de Goiânia de terceirizar o Serviço Móvel e Fixo de Urgência da capital, o Sindsaúde lançou a campanha **“A Saúde é pública, OS não!”** com ações virtuais e presenciais com o objetivo de alertar a população e denunciar a tentativa de terceirização.

O resultado veio no dia 7 de outubro, durante a 94° Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, quando a esmagadora maioria dos conselheiros rejeitou a entrega das unidades de saúde para as OSs. “A terceirização das administrações públicas não é o caminho para termos qualidade e eficiência nos serviços públicos, e muito menos, melhores condições de trabalho. Por isso, vamos continuar defendendo inclusive, junto ao Ministério Público para que os hospitais estaduais voltem a ser geridos pelo poder público”, salienta a diretora do Sindsaúde e conselheira, Flaviana Alves.

CURIOSIDADE

2 A máquina pública é menor que a média dos países desenvolvidos. Cerca de 12,1% da população ocupada trabalhava no setor público em 2017, menos do que os 18% de média das nações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

3 Brasil tem um crescimento anual de 0.3% do funcionalismo público. Esse percentual é a metade da média da OCDE para o período, de 0.6%. O Brasil está muito aquém da média para a América Latina e Caribe, que é de 1.4%,

Fonte: OCDE 2019-2020

você sabia

SEMPRE JUNTOS A SAÚDE LUTA E RESISTE

A união e a mobilização do servidor já deram provas de que são as principais armas do trabalhador! Foi assim que a categoria conquistou e ampliou direitos no passado. O fato é que ao passo que diminuiu o número de trabalhadores associados aos seus sindicatos, proliferam mais ataques ao servidores e ao serviço público. Portanto, somente a conscientização do trabalhador e unidade da classe será capaz de pôr fim à essa investida. Nesse contexto, é fundamental que o servidor entenda que essa resistência passa pela organização sindical, se filiando e fortalecendo a luta. Filie-se ao **Sindsaúde-GO.**

Fale com **a gente!**
(62) **99661-9944**

Voto Consciente!
Você já ouviu falar da Campanha Voto Consciente lançada pelo Sindsaúde-GO?
Acesse nossos canais e saiba mais!

FILIE-SE

Fortaleça a luta e aproveite as nossas vantagens:

- Assistência jurídica
- Acesso gratuito ao Clube Recreativo (Piscina, quiosques, churrasqueiras, campo de futebol)
- Alojamento
- Aulas de natação e hidroginástica (descontos especiais)
- Salão de Festas
- Convênios

Visite nosso site
sindsaude.com.br

SINDSAÚDE/GO
SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO ESTADO DE GOIÁS
FILIADO À: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL CUT

@Sindsaude-Go @Sindsaude_go 62 3231-0303